

Existem «regiões periféricas» em Portugal?*

1. O QUE SÃO «REGIÕES PERIFÉRICAS»?

1.1 DOS PERIGOS QUE SE ASSOCIAM À UTILIZAÇÃO IRREFLECTIDA DE CATEGORIAS ANALÍTICAS DE CARÁCTER ESPACIAL

O conceito de «região periférica» reveste-se de grande ambiguidade, dado o significado distinto, mas nem sempre explícito, que diferentes autores lhe atribuem e as condições diversas em que é utilizado.

No âmbito dos modelos dicotómicos, do tipo «centro-periferia», tem sido severamente criticado pelas inadequações e mesmo incorrecções que apresenta; uma sùmula desses vários aspectos pode ver-se, por exemplo, em Ferrão e Jensen-Butler, 1984, e Jensen-Butler e Ferrão, 1987.

Outros autores, porém, encaram o conceito de «região periférica» apenas como um instrumento basicamente descritivo, referindo-se a situações que ocupam uma posição intermédia, em termos de localização geográfica e de realidade socioeconómica, entre regiões «centrais» e «marginais»; a denominada «Terceira Itália» (Bagnasco, 1977) constitui o exemplo mais divulgado deste tipo de análise.

Num caso como no outro, a distinção entre os padrões espaciais, empiricamente detectáveis, e os mecanismos subjacentes, responsáveis pela emergência desses mesmos padrões, nem sempre é clara. Por outras palavras, em estudos baseados em categorias analíticas de carácter espacial (regiões centrais, periféricas, urbanas, rurais, etc.) não é raro confundirem-se resultados e factores que lhes deram origem.

Massey, 1985, entre outros, tem denunciado a tendência para se explicarem determinadas realidades regionais com base (quase) exclusiva em causas territoriais. O modo como diversos autores interpretam o declínio da indústria localizada no centro das principais aglomerações urbanas apresenta-se particularmente revelador deste confronto de perspectivas: restrição à expansão física das unidades existentes (causas espaciais) ou, antes de mais e sem ignorar o tipo anterior de limitação, obsolescência das indústrias aí instaladas e, a um nível mais global, crescente desindustrialização das sociedades actuais (causas socioeconómicas)? Para os primeiros, são principalmente as características do próprio espaço urbano que condicionam a evolução das cidades; para os segundos, qualquer realidade urbana reflecte a articulação existente em cada momento entre processos

* Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional «Espaço e Periferia», APDR/ASRLF, Lisboa, 1987.

gerais de recomposição das sociedades e aspectos relativamente específicos que as diversas aglomerações inevitavelmente possuem.

No que se refere às «regiões periféricas», e em consonância com a primeira daquelas perspectivas, não são poucas as análises em que as características que aí dominam são fundamentalmente justificadas pela sua localização... periférica! Com base em raciocínios desta ordem, torna-se, aliás, difícil explicar por que razão algumas «regiões periféricas» se transformam, ao longo da história, em «regiões centrais» e vice-versa...

Não se defende, naturalmente, que a posição relativa que cada área possui, mesmo com o acentuado grau de desenvolvimento que nos últimos anos tem afectado os sistemas de transportes e sobretudo de comunicações, seja irrelevante. O que se afirma, isso sim, é, *primeiro*, que se torna impossível interpretar convenientemente a ocorrência de diferenciações regionais com base em factores exclusivamente territoriais e, *segundo*, que a adopção de categorias analíticas de carácter espacial — caso do conceito de «região periférica» — se apresenta particularmente propícia ao desenvolvimento de interpretações desse tipo.

1.2 POR UMA REDEFINIÇÃO DA QUESTÃO DAS «REGIÕES PERIFÉRICAS»

Há que, portanto, redefinir, teórica e metodologicamente, o modo de apreender a(s) realidade(s) que o conceito de «região periférica» pretende interpretar ou, pelo menos, descrever. A abordagem alternativa que se esboça neste texto aponta para a necessidade de se avaliar a *centralidade* que cada realidade regional possui num determinado momento, levando simultaneamente em conta dois tipos de referencial: *graus de integração e marginalidade*, por um lado; *intensidade e modalidades de inserção geoeconómica*, pelo outro.

Integração e marginalidade

A análise destes dois aspectos pretende aferir, para cada região, a *presença (coexistência) de elementos com temporalidades socioeconómicas distintas*, aceitando-se, ainda que de uma forma reconhecidamente simplista, que as várias sociedades tendem, no seu conjunto, a caracterizar-se pela sucessão de regimes de acumulação e tipos de regulação diversos ao longo da sua história (veja-se, por exemplo, Boyer, 1986).

Nesse sentido, a *integração* de uma região (ou, mais precisamente, de uma dada realidade regional) será tanto mais marcada quanto maior for a expressão aí alcançada pelos elementos que ocupam uma posição central nas formas de acumulação e regulação dominantes ou em clara afirmação.

O modelo socioeconómico do pós-guerra permite ilustrar este raciocínio. Assim, e como elementos centrais, é possível salientar, entre outros, os seguintes: crescente centralização do capital e concentração da produção; intensificação da intervenção do Estado nas esferas económica e social, acompanhada por novas formas de regulação da produção e do consumo; expansão da produção e do consumo de massa (fordismo) e, finalmente, reforço dos segmentos do mercado de trabalho constituídos por emprego estável, qualificado, com níveis salariais elevados e com forte

participação de mão-de-obra feminina e de profissões terciárias. A presença desigual destes vários aspectos em cada uma das regiões, desde que formalizados através de indicadores adequados, permite identificar e avaliar a ocorrência de distintos graus de integração por parte das múltiplas realidades do território nacional.

Por *marginalidade* entende-se a *persistência* de elementos que ocuparam uma presença central em regimes de acumulação e modos de regulação anteriormente dominantes. As explorações agrícolas de tipo latifúndio ou as empresas industriais de carácter familiar, de fraco nível organizativo-tecnológico e que sobrevivem economicamente com base nos baixos salários que pagam, constituem dois exemplos de situações que, embora perdurando no tempo, tendem a ocupar uma posição cada vez mais marginal no seio das sociedades actuais.

A relação existente, em cada região, entre os graus de *integração* e *marginalidade* que possui é necessariamente complexa. De facto, não se trata de dois aspectos inevitavelmente complementares, já que realidades regionais com idêntico grau de marginalidade podem apresentar níveis de integração distintos; isto é, e por outras palavras, o recuo de elementos «tradicionais» não se traduz, necessariamente, pelo avanço de formas características do modelo dominante ou em afirmação. Do mesmo modo, em regiões com graus de integração semelhantes podem persistir, com intensidade desigual, elementos considerados «tradicionais».

Por outro lado ainda, há que distinguir situações de marginalidade que se prendem com géneses distintas. A crise que afecta, nos últimos anos, regiões onde o modelo urbano-industrial do pós-guerra se tinha consolidado fortemente pouco tem a ver, para além de algumas das suas consequências imediatas (desemprego, agravamento das condições de vida, etc.), com a que caracteriza, de modo profundo, muitas áreas rurais, pobres e crescentemente despovoadas.

Em resumo, é possível afirmar-se que, embora integração e marginalidade tendam a excluir-se mutuamente em termos gerais, a diversidade de realidades regionais, que podem apresentar graus muitos diversos de heterogeneidade interna, permite detectar a ocorrência de um leque de situações mais vasto do que aquele que teoricamente seria de prever, tendo em conta a elevada correlação negativa que se estabelece *globalmente* entre aquelas duas componentes.

Inserção geoeconómica

Por *inserção geoeconómica* de uma dada região entende-se, à imagem da perspectiva desenvolvida por Figueiredo e outros, 1985, o conjunto de relações que, como consequência do jogo de forças que dialecticamente se estabelece entre agentes endógenos (regionais) e exógenos (de outras regiões do País ou de outros países), se processam com o seu exterior.

A presença de elementos com diferentes graus de integração e marginalidade associa-se, como é natural, a intensidades e modalidades distintas de inserção geoeconómica por parte das diversas realidades regionais. Torna-se, portanto, indispensável compreender em que medida essas combinações particulares de situações com temporalidades socioeconómicas distin-

tas se traduzem por fluxos inter-regionais e internacionais igualmente diversos, em amplitude e natureza.

Integração/marginalidade e inserção geoeconómica constituem, assim, dois aspectos indissociáveis, caracterizados por efeitos recíprocos de causalidade. Uma inserção, por exemplo, frouxa e dependente reflecte uma presença débil da componente de integração, ao mesmo tempo que deixa adivinhar a existência de um contexto pouco favorável à sua expansão futura.

Não se depreenda, no entanto, desta afirmação qualquer apoio às teorias de desenvolvimento regional desigual cumulativamente agravado, segundo as quais as clivagens existentes entre diferentes áreas tenderão a acentuar-se sempre no mesmo sentido. A história das sociedades não passaria de um fatalismo conhecido *a priori*, de um longo e sucessivo *remake*, se as relações que se estabelecem entre aqueles dois conjuntos permanecessem inevitavelmente idênticas.

A emergência recente de situações «intermédias», afastando-se da realidade prevista pelos modelos dicotómicos do tipo «centro-periferia», comprova claramente essa afirmação. Analisar, para diferentes realidades regionais, a evolução das componentes de integração e marginalidade e as formas de inserção geoeconómica que se lhe têm associado permitirá elucidar em que medida a recomposição das sociedades actuais e o modo como localmente essas transformações se têm vindo a manifestar implicam apenas o agravamento de clivagens territoriais anteriores, ou, pelo contrário e ainda que sem pôr em causa a sua persistência, proporcionam novas linhas de ruptura ou, pelo menos, de diferenciação.

O conhecimento *conjunto* dos graus de integração e marginalidade que cada realidade regional possui e da intensidade e modalidades de inserção geoeconómica que apresenta permite avaliar, para um dado momento e em termos simultaneamente qualitativos e quantitativos, a sua *centralidade*. Uma análise da evolução temporal destes vários aspectos — isto é, das trajectórias percorridas em cada um dos casos — propiciará, então, uma visão mais rigorosa e integrada das denominadas «regiões periféricas». Só assim será possível conferir-lhes a indispensável dimensão *histórica*, sem a qual qualquer tentativa de interpretação resultará infrutífera ou, pelo menos, demasiado limitada.

A metodologia proposta permite questionar o interesse do conceito de «região periférica» tal como tem vindo usualmente a ser utilizado. Na verdade, mais do que uma tipologia regional relativamente rígida (regiões centrais, periféricas, marginais, etc.), é uma realidade diversificada, flexível e mutável a que emerge através de análises conduzidas de acordo com os princípios anteriormente expostos. Não se trata, pois, de arrumar as diferentes realidades regionais em conjuntos estanques, mas antes de compreender o que simultaneamente as afasta e as aproxima, encarando-as no âmbito das transformações que, com ritmos e sentidos diversos, as animam constantemente.

O estudo das regiões portuguesas que a seguir se apresenta, ainda que insuficientemente aprofundado, permitirá não só confirmar a observação do parágrafo anterior, como ainda testar alguns dos aspectos da metodologia proposta.

2. ONDE FICAM AS «REGIÕES PERIFÉRICAS» PORTUGUESAS?

2.1 DA TEORIA À PRÁTICA: PROBLEMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Não é fácil, por motivos de ordem teórica e empírica, operacionalizar os conceitos de integração, marginalidade e inserção geoeconómica.

No que concerne os dois primeiros, colocam-se, de imediato, diversas dificuldades. Antes de mais, a própria definição de regime de acumulação e o processo de sucessão/substituição que, em termos globais, se encontra subjacente à perspectiva exposta. Destas duas questões resultam, naturalmente, outras: como identificar os elementos centrais de cada regime de acumulação?; que relevo se deve atribuir a cada um deles?; quais as relações de interdependência que estabelecem?, etc. Alguns destes problemas mereceram, aliás, um tratamento circunstanciado num outro texto sobre esta mesma problemática, mas de índole mais teórica (Jensen-Butler e Ferrão, 1987).

A dificuldade que se associa à operacionalização de conceitos complexos e multidimensionais, como são os de «integração» e «marginalidade» propostos neste texto, não deve impedir uma primeira aproximação empírica, mesmo que reconhecidamente simplista e grosseira.

Para ambos os conceitos deverão indentificar-se duas dimensões principais, centradas nas relações que se estabelecem, respectivamente, no seio das empresas e com o seu exterior imediato, isto é, ao nível local. Estas dimensões serão posteriormente diferenciadas, criando-se categorias pertinentes que permitam captar os aspectos fundamentais que as caracterizam.

Assim, e a título de exemplo, a análise das relações intra-empresas deverá incluir necessariamente:

1. Objectivos da empresa (redução de custos, diversificação da produção, estratégias de sobrevivência e/ou de manutenção/transmissão de património familiar, etc.) e modo como são encarados, isto é, atribuindo um papel central a um único aspecto ou optando antes por uma gestão que privilegie simultaneamente e com igual relevo diversos critérios;
2. Aspectos organizacionais (segmentação interna por actividades e funções, dimensão dos estabelecimentos, etc.);
3. Estratégias de desenvolvimento tecnológico (racionalização, reestruturação tecnológica, acompanhada ou não por diversificação da produção, etc.);
4. Características da mão-de-obra utilizada e tipos de gestão a que se encontra sujeita (níveis de qualificação, capacidade de decisão, vínculo jurídico, etc.).

No que se refere às relações que localmente as empresas estabelecem com o exterior, torna-se indispensável conhecer os tecidos aí existentes, tanto económico (diversificação e complementaridade de actividades) como social (mercado de trabalho; estrutura de classes, incluindo aspectos como os valores, atitudes e representações que os diversos grupos sociais — dos empresários aos assalariados mais subalternos ou aos jovens ainda

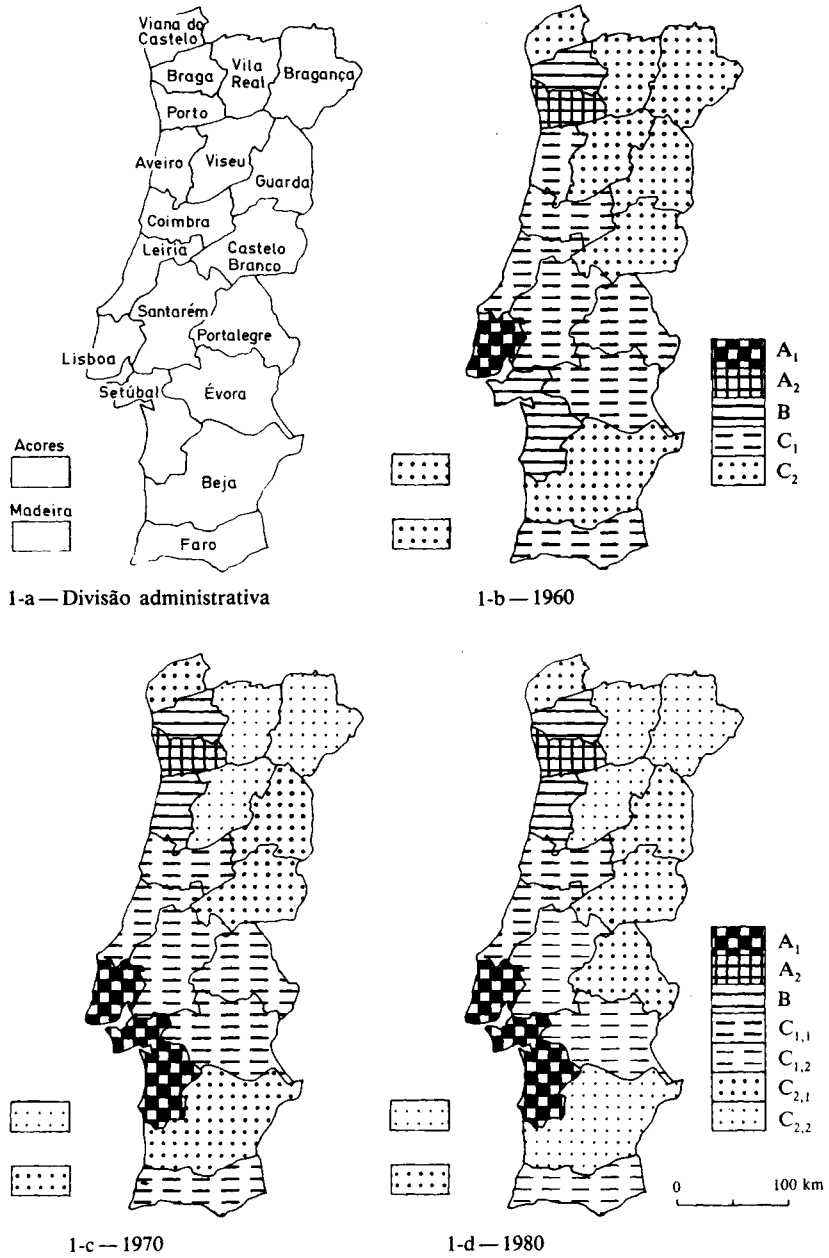


Fig. 1 — Tipologia dos distritos por índices de integração e marginalidade

estudantes — apresentam em relação a questões como as do trabalho e do emprego).

A primeira dimensão — isto é, a que concerne às relações desenvolvidas no seio das empresas — pode ser sinteticamente representada por *índices regionais de produtividade global dos sistemas produtivos* (Lorino, 1987). Quanto à segunda, poderá sê-lo através das *taxas de actividade* observadas nessas áreas. Num caso como no outro, os indicadores a construir não se limitam à perspectiva unidimensional que tradicionalmente se lhes atribui; pelo contrário, deverão reflectir, através da incorporação de categorias pertinentes como as que anteriormente se referiram, a complexidade que sempre se encontra presente em qualquer realidade regional. Trata-se, pois, de um domínio que merece a atenção e o esforço de todos os que têm vindo a debruçar-se sobre estas questões.

A escassez de informação estatística disponível e apropriada agrava, para o caso de Portugal, a tarefa de se operacionalizarem convenientemente os conceitos de integração e marginalidade, tal como foram propostos.

Na análise que a seguir se apresenta, e que deve ser encarada como um primeiro teste de uma metodologia que importa melhorar no futuro, retiveram-se apenas indicadores referentes ao mercado de trabalho e ainda assim insuficientes, em número e significado, em relação aos aspectos que interessaria conhecer: grau de participação, formal e informal, no mercado de trabalho (sexos e grupos etários); importância das tarefas de decisão; níveis de qualificação e instrução; grau de estabilidade do emprego; presença de actividades e profissões «centrais»; níveis salariais.

No quadro n.º 1 identificam-se os indicadores que foi possível calcular para as 20 unidades de análise (18 distritos do continente e ainda Madeira e Açores; ver fig. 1-a) e para os anos dos três últimos Recenseamentos da População (1960, 1970 e 1981), em relação, respectivamente, aos processos de integração (5 indicadores) e marginalidade (6 indicadores).

No primeiro caso procura avaliar-se a presença de alguns dos processos que mais marcaram o modelo de acumulação do pós-guerra: crescente

Indicadores de integração e marginalidade

[QUADRO N.º 1]

Integração	Marginalidade
A — Taxa de actividade (percentagem)	A — $\frac{\text{População com ocupação (a)}}{\text{População com profissão}} \times 100$
B — Profissões liberais, técnicos, quadros superiores (percentagem)	B — Desemprego (percentagem)
C — Pessoal administrativo e de serviços (percentagem)	C — Mão-de-obra masculina (percentagem)
D — Emprego em indústrias de bens de equipamento e intermédios (percentagem) . . .	D — Patrões (percentagem)
E — Dimensão média dos estabelecimentos da indústria transformadora	E — Pessoas que não frequentaram qualquer grau de ensino (percentagem)
	F — Emprego no sector primário (percentagem)

(a) Donas de casa, domésticas agrícolas, proprietários.

envolvimento da população no mercado de trabalho (A), terciarização associada à expansão do consumo e sobretudo à intensificação da complexidade e diversificação dos processos produtivos (B e C), papel motor das indústrias «pesadas» (D) e concentração da produção (E).

Os indicadores de marginalidade pretendem detectar a expressão alcançada, por um lado, pelos diferentes segmentos da população adulta não incluídos no mercado de trabalho (A e B) e, pelo outro, por situações (C, D, E) ou actividades (F) que, nas últimas décadas, têm vindo claramente a perder peso, absoluto ou relativo, nos países mais avançados.

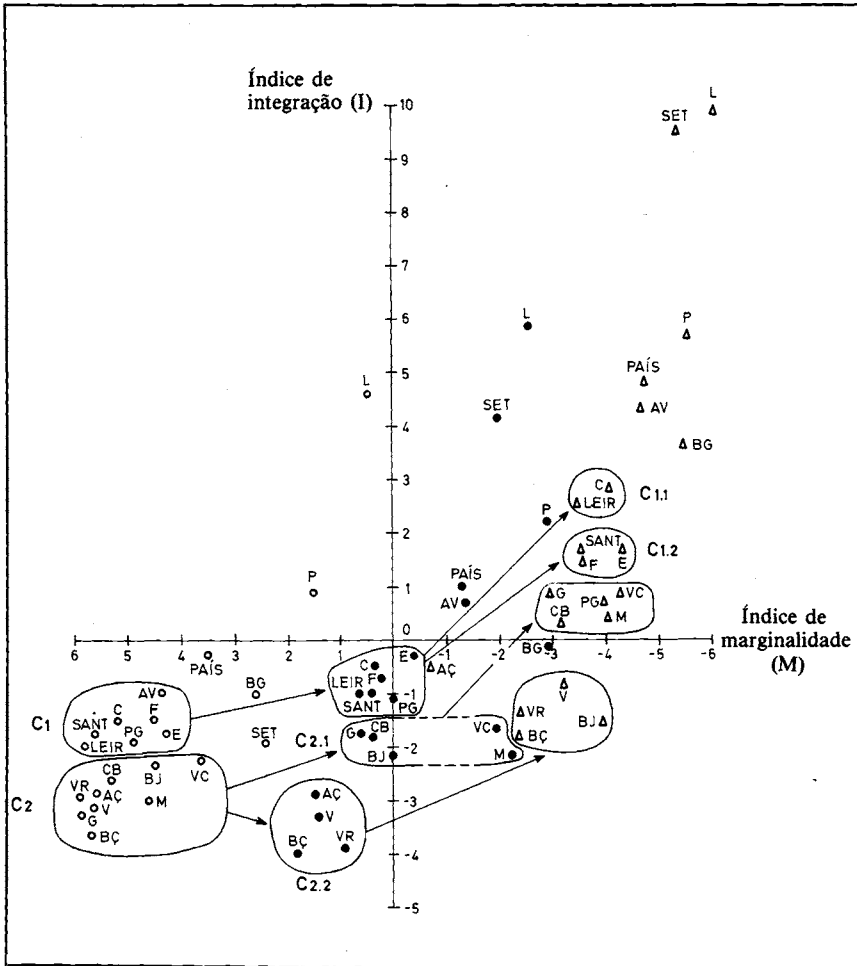
Com base nessa informação, e recorrendo-se à análise de componentes principais¹, obteve-se um índice global de integração (I) e um outro de marginalidade (M) para cada uma das 20 regiões e nas 3 datas, que correspondem aos *scores* alcançados, em cada um desses casos, pela respectiva componente com maior capacidade de explicação (60,7% em I; 61,4% em M). O facto de, para ambas as situações, se restringir deliberadamente o índice global à primeira componente relaciona-se com a necessidade de fazer face à relativa dispersão de elementos que, sendo importantes, se apresentam, no entanto, desigualmente centrais no seio de cada um dos regimes de acumulação. Realçam-se, portanto, as «situações-tipo» de integração e marginalidade em detrimento de outras dimensões, eventualmente também relevantes, mas que assumem uma posição mais subalterna; análises posteriores, de maior rigor, tentarão ultrapassar esta restrição.

Também a operacionalização do conceito de inserção geoeconómica se confronta com obstáculos de índole diversa. Mais ainda do que no caso anterior, a inexistência de informação empírica adequada, que explicita o tipo e amplitude de fluxos (mercadorias, capitais, pessoas, informação, etc.) que cada região mantém com o exterior, faz-se sentir com grande acuidade. Assim sendo, tornou-se necessário recorrer a cálculos indirectos, nomeadamente à construção de quadros regionais de entradas-saídas a partir da regionalização das Contas Nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os comentários que adiante se apresentam sobre a intensidade e as modalidades de inserção geoeconómica das várias regiões portuguesas beneficiaram, antes de mais, da participação dos autores deste texto no projecto, coordenado por Jorge Gaspar, denominado «Ocupação e organização do espaço», inserido num leque mais vasto de estudos patrocinados pela Fundação Calouste Gulbenkian e subordinados ao tema geral «Portugal. Os próximos 20 anos»; mas também o conjunto de trabalhos desenvolvidos no âmbito do GEBEI (Ministério do Plano) se revela de grande utilidade neste domínio.

2.2 OS RESULTADOS: DO PORTUGAL «MODERNO» À SUA RETAGUARDA

A evolução, para cada uma das 20 unidades de análise e nas três datas retidas para estudo, dos índices de marginalidade (M) e integração (I) pode ver-se na fig. 2.



○ 1960
 ● 1970
 △ 1981

AÇ	Açores	L	Lisboa
AV	Aveiro	M	Madeira
BJ	Beja	PG	Portalegre
BG	Braga	P	Porto
BÇ	Bragança	SANT	Santarém
C	Coimbra	SET	Setúbal
É	Évora	VC	Viana do Castelo
F	Faro	VR	Vila Real
G	Guarda	V	Viseu
LEIR	Leiria		

Fig. 2 — Evolução dos índices de integração e marginalidade entre 1960 e 1981

Em termos gerais, e como seria previsível, verifica-se um recuo por parte dos primeiros (M) e, pelo contrário, um avanço dos segundos (I). Mas interessa sobretudo notar que, enquanto o primeiro movimento é mais acentuado e uniforme (menor dispersão de resultados, que se mantém sensivelmente a mesma nas três datas, como se pode verificar a partir dos coeficientes de variação incluídos no quadro n.º 2), a segunda tendência (integração) é globalmente menos expressiva e é acompanhada por um agravamento (sobretudo de 1960 para 1970) da heterogeneidade dos valores obtidos.

Evolução dos coeficientes de variação (CV × 100) dos índices de integração e marginalidade
[QUADRO N.º 2]

	1960	1970	1981
Integração	125,4	316,1	159,8
Marginalidade	34,1	36,1	32,2

Pode, pois, afirmar-se que durante o período estudado ocorreu um recuo significativo, generalizado e equilibrado da presença dos elementos «tradicionais», acompanhado pelo reforço, regionalmente bastante desigual, da componente de integração.

Uma leitura mais pormenorizada da fig. 2 permite relevar para 1960 os seguintes aspectos:

- a) Porto (A2) e sobretudo Lisboa (A1) (ver quadro n.º 3) — isto é, as regiões que incluem as duas principais aglomerações urbanas do País — destacam-se claramente das restantes, em particular no que se refere à componente de integração;
- b) Braga e Setúbal (B), distritos contíguos aos dois anteriores (fig. 1-b), realçam-se em termos de menor expressão dos índices de marginalidade, mas, em contrapartida, possuem graus de integração semelhantes aos de outras parcelas do território nacional incluídas em C;
- c) Todas as restantes regiões (C) apresentam valores de M superiores à média nacional e inferiores no que se refere a I. Conforme os resultados mais ou menos favoráveis desta segunda componente, é possível agregá-las em dois subgrupos: C₁ e C₂ (ver quadro n.º 3).

De 1960 para 1970, as principais modificações no que se refere à posição relativa ocupada por cada uma das áreas foram as seguintes:

- a) Evolução muito marcada de Setúbal, que se aproxima significativamente dos resultados obtidos por Lisboa. O desenvolvimento de indústrias modernas, de bens de equipamento e intermédios, na margem sul do rio Tejo e o reforço da suburbanização favorecido pela construção de uma ponte (1961) sobre aquele rio justificam a passagem de Setúbal do grupo B para A₁;
- b) Também Aveiro modificou significativamente a sua posição relativa, sobretudo no que se refere ao recuo do índice de marginalidade (inferior, em 1970, ao do País, ainda que apenas ligeiramente), destacando-se de C₁ para ingressar, conjuntamente com Braga, em B (M e I inferiores à média nacional). Repare-se que, ao contrário

Tipologia dos distritos por índices de integração e marginalidade

[QUADRO N.º 3]

Índices de integração (I) e marginalidade (M)	1960		1970		1981	
I > média nacional M < média nacional	Lisboa	A ₁	Lisboa Setúbal	A ₁	Lisboa Setúbal	A ₁
	Porto	A ₂	Porto	A ₂	Porto	A ₂
I < média nacional M < média nacional	Braga Setúbal	B	Aveiro Braga	B	(Aveiro) Braga	B
I < média nacional M > média nacional	Aveiro Faro Coimbra Évora Santarém Portalegre Leiria	C ₁	Évora Coimbra Faro Santarém Leiria Portalegre	C ₁	Coimbra Leiria	C _{1,1}
					Santarém Évora Faro	C _{1,2}
	Viana do Castelo Beja Castelo Branco Açores Vila Real Madeira Viseu Guarda Bragança	C ₂	(Viana do Castelo) Guarda Castelo Branco Beja (Madeira)	C _{2,1}	Viana do Castelo Guarda Portalegre Madeira Castelo Branco	C _{2,1}
			Açores Viseu Vila Real Bragança	C _{2,2}	Açores Viseu Vila Real Beja Bragança	C _{2,2}

do que sucede com Aveiro, todas as restantes regiões incluídas, em 1960, no grupo C₁ se mantêm com resultados muito próximos, diminuindo mesmo a disparidade de valores no que se refere à componente de marginalidade;

- c) As áreas englobadas em C₂ apresentam dois tipos de trajectórias. Para os distritos do Norte interior (Bragança, Vila Real, Viseu) e para os Açores — isto é, as parcelas mais pobres do País, com forte presença de campesinato tradicional e onde o surto emigratório alcançou, durante esta década, grande relevo — verifica-se não só um decréscimo pouco marcado dos índices de marginalidade, mas sobretudo uma estagnação ou mesmo recuo da componente de integração, tendência que se opõe à que se observa em todos os outros casos. O contraste com a evolução observada, durante esse mesmo período, pelo distrito de Setúbal não podia ser mais flagrante; não admira, portanto, que o coeficiente de variação referente a I alcance, em 1970, o seu valor máximo (quadro n.º 2).

Os restantes distritos do subconjunto C₂ mantêm, na generalidade², uma posição relativamente a C₁ semelhante à que detinham em 1960.

² À excepção de Viana do Castelo e Madeira, que apresentam índices de marginalidade bastante baixos. Estes valores, no entanto, poderão reflectir deficiências do Recenseamento de 1970, generalizadamente reconhecido como sendo de qualidade inferior aos restantes.

A década de 60 constitui um período de modernização da realidade económica e social portuguesa, acompanhada por uma acentuada abertura do País ao exterior.

Esta crescente inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho, embora traduzindo-se globalmente por um agravamento da dependência em relação ao exterior, proporciona consequências diversificadas. As trajectórias percorridas pelas diferentes regiões durante esse conjunto de anos permitem justamente avaliar o impacte territorialmente desigual, em intensidade e natureza, dessas transformações, deixando desde logo adivinhar modalidades de inserção geoeconómica bem distintas. Setúbal, num dos extremos, constitui o paradigma, à escala portuguesa, da afirmação do regime de acumulação do pós-guerra; as áreas incluídas em $C_{2,2}$, pelo contrário, tipificam o reverso daquela situação, correspondendo às regiões marginalizadas por excelência e cuja inserção nacional e internacional se processa basicamente através da «exportação» de mão-de-obra desqualificada.

O leque de resultados obtidos em 1970 é, em relação a 1960, bastante mais amplo. É verdade que as principais clivagens que tendem a opor as diversas realidades regionais — áreas de Lisboa e do Porto *versus* resto do País; Norte *versus* Sul; litoral *versus* interior — se apresentam igualmente significativas quer em 1960, quer em 1970. Mas as «ascensões», em termos de integração, de Setúbal (que passa de B para A_1) e Aveiro (transferência de C para B) a um ritmo bastante superior ao que se verifica para o conjunto do País apontam para as aglomerações urbanas de Lisboa e Porto e distritos imediatamente contíguos (fig. 1-c) como áreas caracterizadas por estruturas socioeconómicas privilegiadamente favoráveis à penetração da «modernidade». A acentuada bipolarização do sistema urbano evidencia-se cada vez mais, mesmo que através de efeitos indirectos, como o principal elemento estruturante do território nacional.

Embora com índices de marginalidade semelhantes, a «área de Lisboa» (Lisboa e Setúbal) e a «área do Porto» (Porto/Braga/Aveiro) alcançam resultados muito distintos no que se refere à componente de integração. Assim se confirma a observação anteriormente efectuada sobre a relação, regionalmente desigual, que pode existir entre essas duas dimensões. Ao contrário do primeiro caso, onde o regime de acumulação do pós-guerra se expressa através da presença de algumas das suas formas mais típicas, na «área do Porto» desenvolveu-se um processo de industrialização territorialmente difuso, assente, em boa medida, na proliferação de pequenas unidades produtivas e mantendo fortes laços com o mundo rural, na generalidade, e particularmente com a família camponesa. Mais do que o seu desaparecimento, é a *imersão* dos elementos «tradicionais» em formas organizativas mais «modernas» que parece caracterizar esta área.

Entre 1970 e 1981 (fig. 2), a quebra de Portalegre de C_1 para $C_{2,1}$, a descida de Beja de $C_{2,1}$ para $C_{2,2}$ e ainda, no interior do grupo C_1 , a evolução menos positiva de Santarém, Évora e Faro (agora autonomizados como $C_{1,2}$) permitem realçar o comportamento pouco favorável das regiões do Sul, em geral, e sobretudo daquelas onde predomina a grande propriedade fundiária (Alentejo). Se, durante os anos 60, o Norte interior e os Açores correspondem às áreas mais marginalizadas, na década seguinte é o Sul (interior) que, em termos relativos, sofre idêntica tendência de modo mais

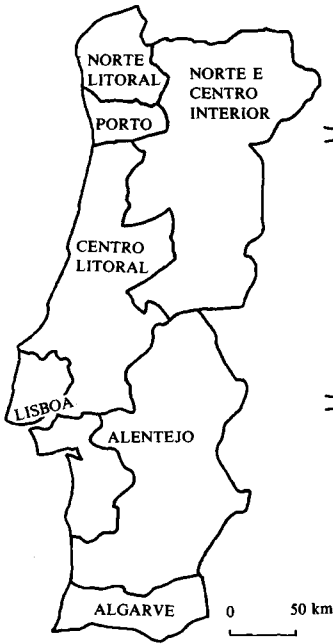


Fig. 3 — Regiões estudadas

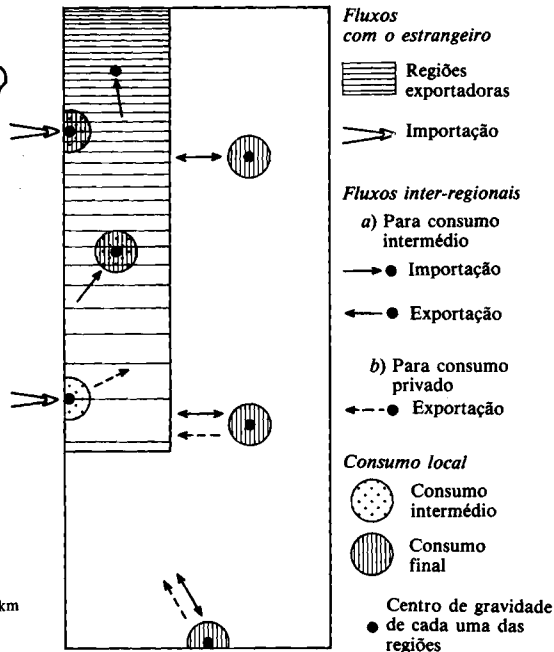


Fig. 4 — Modalidades de inserção geoeconómica

marcado. Por outras palavras, o Portugal «moderno» cada vez mais se restringe aos focos de Lisboa e Porto e à faixa litoral que os une.

Refira-se, contudo, que o nível de desagregação espacial adoptado nesta análise — o *distrito* — oculta a existência de outras situações que, embora exteriores ao litoral oeste, evidenciam igualmente um dinamismo económico não desprezável. É o caso, por exemplo, das sedes administrativas dos distritos do interior, ou ainda das parcelas de alguns desses distritos (Viseu, Santarém, Évora, etc.) com melhor acessibilidade às áreas de Lisboa e Porto ou às principais vias de comunicação (nacionais e internacionais). O quadro n.º 4 (Ferrão, 1986), embora relativo apenas ao produto industrial, confirma essa observação (veja-se sobretudo o comportamento do grupo VI).

Interessaria, pois, aplicar a metodologia aqui ensaiada a níveis de desagregação espacial mais finos, de forma a identificar com maior rigor os contextos socioeconómicos *locais* que têm evidenciado nos últimos anos uma maior capacidade mobilizadora dos diferentes elementos centrais da componente de integração. Este esforço torna-se, aliás, tanto mais urgente quanto parece ser um facto que as clivagens intra-regionais tendem a superar, para alguns aspectos, as de carácter inter-regional.

Com base na regionalização das Contas Nacionais de 1980 foi possível estimar as *estruturas de produção e de procura* para 7 regiões do Continente (ver fig. 3). O afastamento de cada uma dessas estruturas em relação ao perfil detectado para o conjunto do País revela a ocorrência de especializações regionais distintas em grau e natureza e, consequentemente, de tipos de inserção geoeconómica igualmente diversificados.

Participação dos vários tipos de áreas industriais para o VBP nacional (a)

[QUADRO N.º 4]

Tipo de áreas industriais	1971 (percentagem)	1978-79 (percentagem)	1980-81 (percentagem)	1982-83 (percentagem)	1984-85 (percentagem)
I.1 Lisboa	10,7	8,3	6,6	6,0	5,8
II.1 Área metropolitana de Lisboa	29,7	28,7	27,8	27,3	26,6
III.1 Áreas rurais periféricas a II.1	2,3	2,3	2,3	2,4	2,8
<i>Região de Lisboa</i> ..	42,7	39,3	36,7	35,7	35,2
I.2 Porto	5,1	4,0	3,5	3,2	2,9
II.2 Área metropolitana do Porto e «prolongamentos»	26,6	30,4	33,1	34,1	34,2
III.2 Áreas rurais periféricas a II.2	3,0	3,9	4,2	4,4	4,5
<i>Região do Porto</i> ...	34,7	38,3	40,8	41,7	41,6
IV. Áreas industriais antigas dos distritos do litoral	7,9	7,0	7,0	6,6	7,1
V. Áreas industriais antigas dos distritos do interior	1,6	1,2	1,0	,9	1,0
VI. Sedes de distrito ...	7,5	8,8	9,2	9,8	9,8
VII. Áreas rurais mais marginais	5,0	4,3	4,2	4,3	4,3
VIII. Investimentos intensivos em capital localizados em áreas rurais	0,6	1,1	1,1	1,0	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Excepto Sines, Madeira e Açores.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nas *estruturas da produção* avalia-se o peso relativo (percentual) de cada um dos seguintes aspectos: consumo intermédio local, inter-regional e importado; impostos, salários e lucros. Quanto às *estruturas da procura*, identificaram-se, também em termos de importância relativa, o consumo intermédio e o consumo privado —distinguido-se, em ambos os casos, as parcelas que se destinam, respectivamente, à satisfação de necessidades locais ou de outras regiões do País—, as exportações para o estrangeiro, o consumo público, a FBCF e ainda a variação de existências.

Centrando a atenção sobre os diferentes tipos de fluxos que cada região estabelece com o estrangeiro, com outras áreas do País ou ainda no seu interior, e retendo apenas para análise os valores percentuais superiores à média do continente, detecta-se a existência de inserções geoeconómicas regionais diversificadas.

A fig. 4 permite realçar cinco aspectos principais:

- a) Lisboa e Porto destacam-se das restantes regiões por constituírem as áreas por excelência de charneira com o exterior do País (relevo alcançado *simultaneamente* pelas importações e pelas exportações);
- b) Lisboa, no entanto, adiciona ainda uma importante função (re)distribuidora interna — confirmada pelo peso dos fluxos destinados à satisfação do consumo privado realizado noutras regiões — que não deixa de traduzir o seu estatuto de capital e as vantagens de aglomeração e localização que inevitavelmente se lhe associam;
- c) A faixa litoral oeste apresenta em comum dois elementos fundamentais: peso das exportações (que varia, contudo, em latitude) e da produção destinada a consumo intermédio local (à excepção do Norte litoral);
- d) Em contraste, no interior e no Sul são os fluxos inter-regionais polarizados pelas necessidades de consumo intermédio e a produção orientada para as populações locais (consumo privado local) que possuem um peso relativo superior ao do conjunto do Continente;
- e) Finalmente, e no seio das áreas referidas em d), o Sul (Alentejo e Algarve) afirma-se como fonte abastecedora do consumo privado de outras regiões (sobretudo Lisboa).

Uma leitura conjunta destas várias observações com as que se efectuaram a propósito da evolução das componentes de integração e marginalidade proporciona uma visão mais integrada das questões em análise.

Antes de mais, torna-se clara a interacção existente entre *integração e abertura ao estrangeiro*: o país «moderno» que anteriormente se identificou (faixa litoral oeste e sobretudo áreas de Lisboa e Porto) encontra-se fortemente articulado com o exterior, quer através da produção dirigida para a exportação, quer ainda pelas importações que, não só por motivos de acessibilidade mas ainda pela forma como muitas das redes de comercialização se encontram organizadas, se processa primordialmente através das duas principais aglomerações.

Por outro lado — e à excepção do Norte litoral, onde se desenvolveu um padrão de especialização (indústria têxtil/vestuário) muito acentuado e fortemente extrovertido —, essa *interacção entre integração e abertura ao estrangeiro não exclui uma articulação produtiva local acima da média*, o que parece indiciar a existência de uma base produtiva relativamente consistente e diversificada.

Às situações de fraca integração, e quase sempre de maior marginalidade, associam-se um grau mais intenso de dependência inter-regional e uma inserção internacional mais débil e sobretudo não produtiva (emigração, por exemplo).

Em regiões de fraco desenvolvimento industrial, como é o caso do interior e do Sul, a importância relativa alcançada pelos fluxos para consumo intermédio que se estabelecem, em ambos os sentidos, com outras áreas do País não deixa de se revelar duplamente negativa: por um lado, porque ressalta a insuficiente transformação local das matérias-primas existentes, que em boa parte são transferidas para unidades localizadas na faixa litoral oeste; por outro lado, porque traduz a presença de tipos de indústria dema-

siado dependentes de outras regiões em termos de aprovisionamento. A articulação produtiva local, não só entre os sectores primário e secundário, mas também entre diferentes actividades industriais, apresenta-se, pois, bastante frouxa.

Também o peso que cabe ao consumo privado local como destino da produção se revela potencialmente negativo, dado o fraco poder de compra de grande parte da população residente, envelhecida e com larga representação de camponeses, assalariados agrícolas e operários da construção civil. Assim sendo, difícil se torna atribuir ao consumo privado local a capacidade de no futuro dinamizar, de modo simultaneamente consistente e duradouro, as unidades produtivas destas regiões.

Saliente-se, por último, que o interior e sobretudo o Sul apresentam as estruturas da produção (com largo peso dos fluxos destinados ao consumo intermédio de estabelecimentos localizados noutras áreas) e da procura (relevo exagerado de consumos intermédios provenientes do exterior, do consumo privado local e ainda do consumo público) mais «desequilibradas» em relação aos respectivos perfis nacionais. *Dependência inter-regional e vulnerabilidade* correspondem, sem qualquer dúvida, a dois dos traços mais marcantes destas realidades regionais, que parecem constituir, cada vez mais, a *retaguarda do país «moderno»* (veja-se, em relação à agricultura, Carrière, 1987).

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde ficam, afinal, as «regiões periféricas» portuguesas? Mais do que uma resposta global, interessa ter em conta a variedade de situações existentes, as suas trajectórias ao longo do tempo e a forma como essa evolução diversificada reflecte a pluralidade de articulações que cada realidade regional, ainda que sob um mesmo contexto geral, estabelece com o exterior.

Uma análise estática destes vários aspectos, por muito rigorosa que seja, dificilmente conseguirá superar as limitações próprias de qualquer fotografia. É, pelo contrário, o *filme* das modificações ocorridas que importa conhecer; na verdade, apenas captando o *sentido* do movimento é possível avaliar o presente e perspectivar o futuro.

A metodologia proposta neste texto deve ser encarada sob esse prisma, isto é, como um contributo para, conjuntamente com outras orientações teóricas e ângulos de análise distintos, proporcionar um conhecimento mais profundo das diferentes realidades regionais portuguesas. Se outro motivo não existisse, a crescente clivagem entre o Portugal «moderno» e a sua retaguarda interior/Sul seria suficiente para justificar esse esforço.

De facto, parece tornar-se cada vez mais claro que, mesmo sob cenários de evolução muito distintos e na ausência de políticas fortemente voluntaristas (quais?), não será possível superar, nos próximos anos, a grave oposição que se desenha entre o litoral e o interior, mas antes privilegiar, de forma desigual, as regiões já economicamente mais avançadas. Ou seja, e por outras palavras, é sobretudo o papel que caberá, no futuro, às áreas de Lisboa e Porto que poderá ser encaminhado, com alguma facilidade, por vias relativamente distintas; quanto ao resto do País, e na ausência de uma reformulação profunda do que se deve entender por *integração*, a flexibilidade de trajectórias a percorrer é bem menor...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNASCO, A., 1977, *Tre Italia. La Problematica dello Sviluppo Italiano*, Il Mulino, Milão.
- BOYER, R. (ed.), 1986, *Capitalismes Fin de Siècle*, PUF, Paris.
- CARRIÈRE, J.-P., 1987, «Structures agraires et disparités régionales: le cas du Portugal», in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 1, pp. 81-101.
- FERRÃO, J., e JENSEN-BUTLER, C., 1984, «The Centre-Periphery Model and Industrial Development in Portugal», in *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 2, pp. 375-402.
- FERRÃO, J., 1986, *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- FIGUEIREDO, C., e outros, 1985, «Especialização internacional, regulação económica e regulação social — Portugal: 1973-83», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, pp. 437-471.
- JENSEN-BUTLER, C., e FERRÃO, J., 1987, *The Demise of Centre-Periphery Theory and What Can Be Put in its Place*, comunicação apresentada ao Colóquio «Espaço e Periferia», Lisboa.
- MASSEY, D., 1985, «New Directions in Space», in D. Gregory, e J. Urry (eds.), *Social Relations and Spatial Structures*, Macmillan, Londres, pp. 9-19.